

Exemplo vem da Argentina

Horacio Soffi

Da Ansa
Especial para o CORREIO

Buenos Aires — A aspiração de que a Argentina ingressasse no Primeiro Mundo formulada pelo presidente Carlos Menem (foto) há exatamente dois anos, quando assumiu a presidência, não é outra coisa senão a busca de um país com economia aberta, ordenada, com superávit e que respeite os compromissos financeiros e políticos assumidos nas últimas décadas, para atender à uma nova estratégia regional e hemisférica para a captação de investimentos necessários que desafoguem uma economia estacionada há duas décadas.

O ciclo de ajustes econômicos profundos nesta etapa democrática da Argentina, que teve início com o presidente Raul Alfonsín em dezembro de 1983, teve seu primeiro fator de pressão no pesado déficit fiscal e no déficit de caixa do Banco Central, na pressão exercida pelos credores internacionais, diante do não cumprimento de seus compromissos e, talvez como consequência dos dois primeiros, uma forte inflação.

Desde o primeiro ajuste de 14 de junho de 1985, quando o ex-ministro Juan Sourrouille lançou o primeiro plano austral, com uma mudança de moeda e uma série de medidas medianamente prováveis, e que em seguida se mostraram apenas "maquiadoras", com uma paridade de um austral por 0,80 dólares até o maxiplano Bonex-Cavallo (bônus externos), a Argentina teve três *stand by* com o FMI que não foram cumpridos, juros de dívida e dívida não honrados, corridas cambiais selvagens, esvaziamento empresarial e fuga de divisas da ordem de 60 bilhões de dólares.

Isso comprometeu seriamente a confiança e a credibilidade interna e internacional, e não apenas no plano econômico. A



deterioração teve profundas conotações políticas e sociais e não é à-toa que a revista "Notícias" (a que mais vende na Argentina) fez um gráfico, há poucos dias, da magnitude da crise com um retrocesso nos planos social, educativo, previdenciário, sanitário, entre outros, que equivale ao início do século XX.

O ministro Domingo Cavallo — que ao assumir no dia 1º de março passado aprofundou e retificou o ajuste iniciado pelo ex-ministro Antonio Erman Gonzalez no dia 15 de dezembro de 1989 —, lançou, a partir de 1º de abril, um plano que aparece como a implementação de uma moeda conversível, ou seja, uma unidade cálculo pode ser cambiada livremente — sem controles — por outra. Mas esta medida, de profundo significado político não busca apenas reabilitar as contas fiscais e erradicar a emissão inflacionária sem respaldo, mas levou — através de sua confirmação por lei — à obtenção dessa credibilidade e confiança que nenhum de seus antecessores, durante as últimas décadas de controvertida vida política e econômica do país — conseguiu alcançar.

Como se vê, a dolarização (ou conversão da moeda) não vai solucionar sozinho todos os problemas econômicos dos argentinos. Seria ingênuo pensar assim. Simplesmente, sua missão é a de fixar, de uma vez por todas, regras financeiras e fiscais limpas e claras que permitam operar os demais mercados em condições normais. Além das dúvidas esperadas que podem existir quanto a estar bem — ou mal — instrumentada a dolarização, o importante é saber como ela deveria funcionar.

A forma de funcionamento é simples e fácil, no mais puro estilo do famoso "padrão ouro" que o mundo — inclusive a Argentina — utilizou no final do século XIX e na primeira parte

do século XX. Ou seja, não se emite moeda se não for com a entrada de divisas do exterior. O que significa exatamente que, não existe déficit fiscal.

Como é possível observar, a dolarização ataca os dois pontos básicos que provocam a hiperinflação: o déficit fiscal e a desconfiança. Ataca o déficit porque em si mesma, a dolarização implica numa promessa de não emissão. E ataca a desconfiança — causadora de inúmeras corridas ao dólar — porque põe um "peso" em cima do dólar que desestimula a poupança ou a especulação com a divisa norteamericana. Dessa maneira, não é estranha nem casual a brusca queda nas taxas de juros que se registrou nos últimos três meses até chegar a níveis inclusive inferiores aos internacionais em mais de um segmento do setor financeiro, já que, se existe confiança numa moeda, não há mais motivos para que os rendimentos de dólares sejam estratosféricos.

Assim, resumindo a maneira como ocorre a dolarização do ponto de vista financeiro pode-se dizer que ela requer que só haja emissão contra a entrada de divisas, pelo que, se existe déficit fiscal, só pode ser financiado com crédito interno ou externo, enquanto que as taxas de juros registram fortes quedas que não incentivam a entrada de capitais não permanentes de forma maciça, e este fato provoca o aparecimento de crédito.

Do ponto de vista fiscal, tem-se a chave do assunto. O reaparecimento do crédito implica em maior capacidade de compra e consumo por parte da população, o que favorece uma rápida reativação em grande parte dos setores econômicos. E, como se sabe, a reativação também precede períodos de boa arrecadação tributária por parte do Tesouro, já que vende mais e ganha mais, também pode pagar.

Consequentemente, mesmo quando a situação fiscal tenha sido claramente deficitária, como em março, não é preocupante, porque a perspectiva de retomada no curto prazo fechou com folga a brecha fiscal nas contas de abril e maio.